



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju
quinta-feira • 11 de julho de 2013

BARRAGEM

Audiência discute preservação da mata e uso da água

A Curadoria do Meio Ambiente e Urbanismo de Itabaiana realizou Audiência Pública com o objetivo de discutir a preservação da "Barragem da Cajaíba". O Promotor de Justiça Kelfrenn Teixeira Rodrigues de Menezes reuniu-se com o Diretor do Centro de Apoio ao Meio Ambiente, o Promotor de Justiça Carlos Henrique Ribeiro, e com representantes de órgãos ligados ao tema, entre eles o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe, a Companhia de Recursos Hídricos e Irrigação de Sergipe (Cohidro) e a Adema.

O MP está atuando com o propósito de prevenir a ocupação da mata ciliar, a poluição por despejo do lixo e esgoto, o uso inadequado das águas da barragem e a sua utilização como área de lazer. Dessa forma, foi solicitado em audiência anterior, que a Cohidro recolhesse os resíduos sólidos despejados e fizesse o cadastramento dos ocupantes das margens da barragem.



FOTO: ITNET

■ MP ressaltou a importância da Barragem Cajaíba

Segundo a Cohidro, a Barragem da Cajaíba está contemplada pelo "Projeto Águas de Sergipe", que tem o objetivo de promover o uso sustentável dos recursos hídricos e meio ambiente, como a revitalização de rios, melhoria das práticas produtivas de manejo da água e do solo. Ainda de acordo com o órgão, será

feito um levantamento topográfico da área e já existe uma licitação para a implementação de um projeto de irrigação parcelar, que resolverá o problema do uso irracional da água.

Os promotores de Justiça discutiram a importância da barragem para o abastecimento do Município de Itabaiana e o impacto da uti-

MP ATUA COM PROPÓSITO DE PREVENIR OCUPAÇÃO DA MATA CILAR, POLUIÇÃO POR DESPEJO DO LIXO E ESGOTO

lização de produtos químicos na criação de peixes. Além disso, questionaram, também, se há um controle permanente da qualidade da água. Para a Adema, o maior problema é a falta de fiscalização efetiva, mas tem feito reuniões com a Cohidro, gestor da barragem, para que as medidas necessárias sejam tomadas. O Ministério Público Estadual solicitou que a Adema apresente laudo técnico da situação atual e que a Cohidro realize todo o cadastramento dos ocupantes irregulares em torno da barragem, em 60 dias.